



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

02
m

MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

1. Identificação do requisitante	
Requisitante:	Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente
Responsável pela demanda:	Emerson José Polônio

2. Identificação da demanda
<ul style="list-style-type: none">Contratação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços: Coleta, transporte, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis do tipo papel, plástico, vidro e metal.Contratação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços: Coleta, transporte, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos TÊXTEIS.
3. Justificativa
<p>A contratação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços objetiva a prestação de serviço para coleta municipal de resíduos sólidos urbanos recicláveis, sua segregação e destinação final ambientalmente adequada, impedindo assim que aproximadamente 35 t de materiais recicláveis sejam dispensados no aterro sanitário. Também objetiva a remoção de aproximadamente 1000 Kg de materiais têxteis do aterro sanitário, através da coleta, segregação e reciclagem ou reuso dessas matérias.</p>

SECRETARIA DO MUNICÍPIO
DE SANTA MARIANA
PROTOCOLO Nº 1111
12 / 03 / 2024
HORÁRIO: 15h4
ASSINATURA: Galiane



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

03
m

4. Alinhamento estratégico com o PCA – Plano de Contratação Anual

A contratação da prestação de serviço de coleta, triagem e destinação ambientalmente correta dos materiais recicláveis foi prevista no PCA de 2024, visto se tratar de um serviço contínuo.

5. Data pretendida para a conclusão da contratação

A presente contratação deverá ser formalizada até 01/04/2024, de modo a permitir o início da execução do objeto em tempo hábil.

6. Vinculação ou dependência com outra contratação

- ☒ Não há vinculação ou dependência desta contratação em relação a outra; ou
☐ Há vinculação ou dependência desta contratação em relação a seguinte:

7. Prioridade da contratação

A contratação possui o seguinte grau de prioridade:

- ☒ Alta; *para não interromper a coleta no município.*
☐ Média; ou
☐ Baixa.

8. Registro da demanda

Registro que a demanda foi datada em: 05 de março de 2023


Emerson José Polônio

Secretário de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Área Requisitante: Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio ambiente

Objeto: Contratação de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços de: Coleta, transporte, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis definidos: Os resíduos sólidos reutilizáveis e/ou recicláveis gerados no Município de Santa Mariana que deverão ser processados, beneficiados e destinados adequadamente, de acordo com as legislações vigentes, são os seguintes: - Papéis/papelões

- Plásticos
- Vidros
- Metais
- Têxteis.

2 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida encontra amparo no item 12 do planejamento de contratações da secretaria.

3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação pretende solucionar o problema seguinte:

A contratação da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços objetiva a prestação de serviço para coleta municipal de resíduos sólidos urbanos recicláveis, sua segregação e destinação final ambientalmente adequada, impedindo assim que aproximadamente 35 t de materiais recicláveis sejam dispensados no aterro sanitário. Também objetiva a remoção de aproximadamente 1000 Kg de materiais têxteis do aterro sanitário, através da coleta, segregação e reciclagem ou reuso desses materiais.

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o problema indicado acima ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

Por se tratar de um serviço contínuo prazo contratual da prestação de serviço, é de, no mínimo, 12 meses, a contar da data da assinatura do contrato. Sendo que possa ser prorrogado até 10 (dez) anos.

5 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

A Associação de Catadores de Material Reciclável de Santa Mariana, já presta o serviço de processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis a 6 (seis) anos no município e conforme a contratos anteriores e seus aditivos, realizamos a planilha de custo e a estimativa do valor do repasse.

6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando que de acordo com a Lei 12.305/2010 os resíduos recicláveis não poderão ser enviados para os aterros sanitários e os municípios que desrespeitarem a norma podem ser multados, a contratação de Associação de Catadores constitui-se uma alternativa para os municípios darem o destino ambientalmente correto para os resíduos reutilizáveis e recicláveis de acordo com as legislações vigentes. A contratação de Associação de Catadores para a prestação de serviços relacionados ao manejo de resíduos está prevista no Art. 36, §1º da Lei 12.305/2010 por meio de dispensa conforme A alínea "j" do inciso IV do artigo 75 da Lei nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos) dispõe que:

“É dispensável a licitação para contratação que tenha por objeto coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente de pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.”

Além disso, a Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos e o incentivo a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associativismo dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis é requisito para o município ter acesso aos recursos da União, ou por ela controlado, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos e constitui-se um instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos integrada à Política Nacional do Meio Ambiente e articulada com a Política Nacional de Educação Ambiental.

Também de acordo com Plano Municipal Simplificado de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e com a Lei Municipal nº 1.098/2015, a implantação da Coleta Seletiva deve incluir a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis, formadas por pessoas físicas de baixa renda. Ressalta-se também que a comunidade tem demonstrado interesse em participar da Coleta Seletiva Municipal, separando o material no próprio domicílio onde ele é gerado.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

Por fim, considerando que Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana – Recicle Vidas se enquadra às normas estabelecidas nos Art. 15 e 18 da Lei 12.305/2010, bem como atende as exigências da Lei 14133/2021 em alínea "j" do inciso IV do artigo 75 e apresenta todas as certidões negativas em conformidade, há possibilidade jurídica na Dispensa de Licitação para prestação de serviços de processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis do Município de Santa Mariana.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Não se aplica.

8 – ESTIMATIVA DE VALORES

Estimativa dos valores unitários e globais da contratação, com base em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é o seguinte:

Conforme tabela a seguir foi estipulado o valor de repasse, levando em consideração, a prestação de serviço nos últimos 6 (seis) anos.

Dias da Semana	Km rodados (média)
Segunda	51
Terça	43
Quarta	64
Quinta	142
Sexta	38
Soma	338
Soma + 10% de variação	371,8

Valor do diesel *	6,87
Consumo Médio do caminhão **	1,6
Valor Gasto (mensal)	6386

*Valor pago pelo município na licitação do ano de 2023.

**Consumo médio do caminhão compactador



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

07
m

Despesa	Valor unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Auxílio por associado da Coleta e triagem de RSU (nº de associados 17)	400	R\$ 6.800	R\$ 81.600
Combustível	R\$ 6,87*	R\$ 6.386	R\$ 76.632
Auxílio para compra de EPI	R\$ 500	R\$ 6.000
Recicle Art (1000Kg de material têxtil)	R\$ 2.960 **	R\$ 35.520
Manutenção (Caminhão e Equipamentos)	R\$ 2.150 ***	R\$ 25.800
Auxílio para compra de Materiais de Limpeza		R\$ 500	R\$ 6.000
		Custo Mensal	R\$ 19.296
		Custo Anual	R\$ 231.552

*Valor pago pelo município na licitação do ano de 2023.

**Valor paga para coleta, transporte, lavagem e recuperação de 1000Kg de matérias têxtil semanais.

*** Valor estimado com base no contrato anterior, para manutenção dos dois caminhões de coleta, das três prensas hidráulicas verticais e da esteira de separação.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A prestação de serviço será paga mensalmente, até o quinto dia útil de todo mês, mediante apresentação de Nota Fiscal, pela contratada.

10 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica

11 – RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com a Lei 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, é de responsabilidade do Poder Público "Art. 36 (...) I- adotar procedimentos para

g
all.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

08
m

reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos” bem como “VI- dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos”. Sendo assim, o mesmo deve priorizar a reutilização e reciclagem de resíduos sólidos, efetuando disposição em aterro sanitário apenas dos rejeitos. Esses termos são definidos no Capítulo II da Política Nacional:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

XIV - Reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;

XV - Rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XVIII - Reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama e, se couber, do SNVS e do Suasa;”

A partir dessas definições, entende-se que os materiais gerados no Município do tipo papel, plástico, metal, vidro e tecidos possuem a possibilidade de serem reutilizados ou reciclados, e a prestação de serviço por cooperativas ou outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis é uma forma de atuação possível destas entidades para a efetivação desses processos. Assim sendo, a contratação da Associação objetiva o reaproveitamento dos resíduos passíveis de serem reutilizados ou reciclados no Município atualmente, e evitar os passivos ambientais gerados devido ao descarte incorreto na coleta urbana municipal, bem como o cumprimento das legislações vigentes.

12- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

09
m

A continuidade do serviço de coleta de materiais recicláveis no município, impacta positivamente o meio ambiente, diminuindo a quantidade de materiais recicláveis destinados incorretamente no aterro sanitário e aumentando seu tempo útil.

14 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Este Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução se mostra viável tecnicamente e necessária.

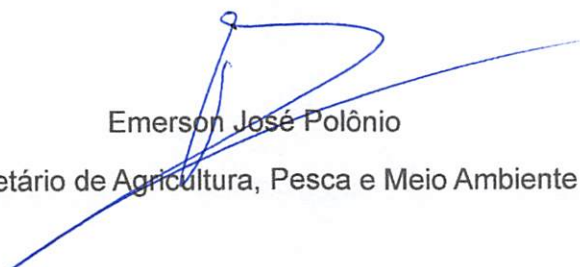
15- ANEXOS

Não há anexos.

16- RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Santa Mariana PR, 08 de março de 2024


Ana Carolina Bertolaccini
Diretora de Meio Ambiente


Emerson José Polônio
Secretário de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente



TERMO DE REFERÊNCIA Nº .01/2024

UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente
RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Emerson José Polônio

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços de: Coleta, transporte, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis definidos: Os resíduos sólidos reutilizáveis e/ou recicláveis gerados no Município de Santa Mariana que deverão ser processados, beneficiados e destinados adequadamente, de acordo com as legislações vigentes, são os seguintes: Papéis/papelões, Plásticos, Vidros, Metais e Têxteis, nos termos da(s)tabela(s) abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

DESCRIÇÃO	QUANT. DE MESES	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Contratação de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços: Coleta, transporte, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis do tipo papel, plástico, vidro e metal.	12	R\$ 16.336,00	R\$ 196.032,00
Contratação de Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Santa Mariana para a prestação de serviços: Coleta, transporte, processamento, beneficiamento e destinação final adequada dos resíduos TÊXTEIS	12	R\$ 2.960,00	R\$ 35.520,00
Soma		R\$ 19.296,00	R\$ 231.552,00

1.1. O(s) bem(ns) objeto desta contratação não se enquadra(m) como sendo bem(ns) de luxo, conforme Decreto Municipal nº 163, de 19 de dezembro de 2023.

1.2. O(s) bem(ns) objeto desta contratação é (são) caracterizado(s) como comum(ns), pois apresenta(m) padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 O(s) bem(ns) a serem adquiridos não foram parcelados porque não se aplica a esse objeto.

1.5. Da Contratação:

1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do (s) publicação do contrato , podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento continuado.

1.5.2. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

2.2. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudos Técnicos Preliminares.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da indicação de marcas ou modelos:

Não se Aplica

4.0 Subcontratação

4.1.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

4.1 Da participação de consórcios:

4.1.1 Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do(s) bem(ns) a ser(em) adquirido(s), considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer o(s) bem(ns) de forma independente.

4.2 Garantia da contratação

4.2.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.0 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Forma de fornecimento

5.1.1 O fornecimento do(s) bem(ns) será continuado.

5.2 Condições de Entrega

5.2.1. Não se Aplica.

5.3 Garantia técnica, manutenção e/ou assistência técnica

Não se Aplica.



6.0 GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.7.1 A contratada deverá prestar conta da quantidade em quilogramas do material vendido e do rejeito até o dia 10 do mês subsequente.

6.7.2 A contratada deverá gerar no máximo até 30% de rejeito do peso total dos RSU recicláveis, procurando assim novos compradores e novas tecnologias que comercializem os materiais antes considerados rejeitos,

6.7.3. A contratante ficará responsável pela manutenção do barracão de RSU.

6.7.4 A contratada fica responsável pela manutenção dos caminhões e equipamentos (prensa hidráulica e esteira de separação), doados pelo município de Santa Mariana,

6.7.5 A contratante fica responsável pelo recolhimento do rejeito e sua destinação final,

6.7.6 A contratada fica responsável por apresentar ao município a lista de entrega de EPI, assinada a cada seis meses,

7.0 CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 Recebimento do Objeto:

7.1.1 O(s) bem(ns) será(ão) recebido(s) provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



13
m

7.1.2 O(s) bem(ns) poderá(ão) ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do(s) bem(ns) e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

7.1.3.1 O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.2 Prazo de pagamento

7.2.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias as contados do adimplemento, pela gerência da Secretaria de Fazenda.

7.2.2 Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

7.2.3 A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme empenho recebido e legislação vigente.

7.2.4 Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3 Forma de pagamento

7.3.1 O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.2 O decreto nº 143/2022, dispõe sobre a retenção dos tributos nos pagamentos aos fornecedores do Município de Santa Mariana, do qual todos deverão ter ciência.

7.3.3 As empresas optantes pelo Simples Nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais.

8.0 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Dispensa sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo único associado de catadores de material reciclável, instalada no município de Santa Mariana.



8.2 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.2.1 Habilitação jurídica

8.2.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.5 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.2.1.6 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3 Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.6 Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

7.3.7 Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio



eletrônico.

8.4 Qualificação Econômico-Financeira

Não se aplica

8.5 Qualificação Técnica

Não se aplica.

8.6 Dos critérios de aceitabilidade da proposta

8.6.1 A proposta de preços deverá conter:

- 8.6.1.1 Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
- 8.6.1.2 Modalidade e número da licitação;
- 8.6.1.3 Declaração de validade da proposta de 30 (trinta) dias, contados da assinatura.

9.0 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1 Das obrigações do Contratado

9.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

9.1.2 Entregar o(s) bem(ns) de acordo com a(s) especificação(ões) constante(s) no subitem 1.1. deste Termo de Referência.

9.1.3 Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

9.1.4 Garantir a boa qualidade do(s) bem(ns) entregue(s).

9.1.5 Atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a convocação para retirada da(s) Nota(s) de Empenho.

9.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.7 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.1.8 Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

9.1.9 Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

9.1.10 Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução



deste contrato.

9.2 Das obrigações do Contratante

9.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio da Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente.

9.2.2 Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.3 Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns).

9.2.4 Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

10.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas fica sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de á	6 meses
Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Santa Mariana.	6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Santa Mariana	6 meses
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Santa Mariana	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Santa Mariana	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses



MUNICÍPIO DE SANTA MARIANA

CNPJ nº 75.392.019/0001-20

17
m

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves e não elencadas no quadro acima, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa**:
 - (1) moratória de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - (2) compensatória de 30,00% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "IV" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

As sanções previstas nos subitens "I", "III", "IV" e "V" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Também ficam sujeitas às penalidades as empresas ou profissionais que:

- 1.1.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 1.1.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 1.1.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 1.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.
- 1.2.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 1.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com



despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

- 1.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 1.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.0 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 231.552,00 (duzentos e trinta e um quinhentos e cinquenta e dois mil reais), conforme valores apostos no Estudo Técnico Preliminar.

12.0 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela (s) seguinte (s) dotação (ções) orçamentária(s):

12.001.18.542.0004.2.080 - 3.3.90.39.00.00 - Fonte 000
12.001.18.542.0004.2.080 - 3.3.90.39.00.00 - Fonte 511
12.001.18.542.0004.2.080 - 3.3.90.39.00.00 - Fonte 766

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



13.0 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente.

Fiscal de contrato: Diretora de Meio Ambiente, Ana Carolina Bertolaccini

11 de março de 2024

Emerson José Polonio
Secretario de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente.

Ciência e autorização do Ordenador de Despesa:

11 de março de 2024

José Marcelo Piovan Guimarães
Prefeito